



# O PLANFOR e as situações de emprego e desemprego na década de 1990

Rinaldo José Varussa<sup>1</sup>

Antes de tudo, gostaria de ressaltar a importância deste ciclo de debates, o I Ciclo Conferências e Interferências do CEPEDAL, oportunidade de compartilharmos nossas pesquisas, superando as trocas de informes nos corredores, colocando em comum e ampliando a reflexão para além do grupo, quando muito, formado por nossos pares, na própria realização delas.

Ao ler o texto do Marcelo Carvalho, referente ao terceiro capítulo de sua tese de doutorado, intitulado “O modelo da educação para o trabalho, segundo o PLANFOR” (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), o primeiro aspecto que gostaria de ressaltar é quanto ao próprio tema, não só oportuno, mas que expressa um conjunto de elementos ligados ao pesquisador, aos grupos com quem se vincula e ao seu presente, ou, pelo menos, na forma como ele o apreende e o vivencia.

Assim, ao escolhermos um tema e estabelecermos sua abordagem demarcamos o campo e os compromissos políticos da nossa produção, o que me pareceu o caso aqui, seja na eleição da discussão dos aspectos da organização e vida dos trabalhadores e suas instituições e tendo em conta o momento como está sendo pautado, seja pela possibilidade que a discussão permite de relacioná-la - embora não seja este o lugar focado diretamente pela tese - à vida, à realidade e às dinâmicas presentes nesta região.

Para debater o texto do Marcelo, vou fazer o caminho inverso do que habitualmente se apresenta nestas oportunidades. Vou formular minhas considerações, para depois trazer propriamente o texto e por fim formular algumas proposições ao debates.

Assim, vou estabelecer alguns aspectos que me chamam a atenção no que se refere ao processo de constituição da mão-de-obra na região, tema ao qual venho me atendo nos últimos anos.

Para isso, me reporto a um editorial do jornal “O Presente”, de 12 de maio de 2005, que, analisando a situação dos trabalhadores das indústrias na região, lá pelas tantas afirmava o seguinte:

“O excesso de mão-de-obra no mercado é justificativa para se pagar pouco. ‘Se você não quer, tem quem queira.’ O trabalho dignifica o homem, mas a exploração deste homem dignifica quem?”

A formulação do Editorial de “O Presente” apenas repete o que constantemente ouvimos, em diferentes momentos e lugares, entre os próprios trabalhadores. Na sua primeira parte, o seu conteúdo apresenta-se como uma espécie de versão popular de uma das dinâmicas assumidas nas relações de trabalho, naturalizada - uma vez que se pretende colocar além da história e, portanto, das ações dos homens - pelos seus defensores na sobrenatural “lei do mercado”.

Portanto, o que chama a atenção na formulação não é propriamente sua veiculação - a qual merecia uma melhor “historicização”, tendo em conta, por exemplo, seu suposto desdobramento de contraposição ao que se apresenta (“quem se dignifica com a exploração?”) - mas, o momento em que ela surge, caracterizado pelas elites locais, então, como de ascensão do emprego na região, o que se embasaria na implantação de inúmeras indústrias. O mesmo jornal, uma semana depois, ou seja, no dia 19 de maio, contribuiria para este “clima” com um outro editorial intitulado “Falta de gente”<sup>2</sup>.

Com base na contraposição das duas matérias, poderíamos nos contentar com um diagnóstico de esquizofrenia ou dupla personalidade e deixar a questão pra lá. Mas, evidentemente, não é só a divindade que escreve reto por linhas tortas, embora, aqui e conforme o lugar que olhemos, a avaliação mais pertinente fosse pensar na tortuosidade também da grafia. A lógica, bem como as propostas e concepções de sociedade em questão são outras, e, portanto, não necessariamente as duas matérias estão dissociadas, mas nos dão a oportunidade de pensar na diversidade de projetos em embates. Neste sentido, o primeiro editorial seria, talvez, antes um ato falho das elites, ao menos na sua conclusão.

Assim, buscando uma sintonia com as situações vividas pelos trabalhadores, geração de empregos, não tem como correspondente automático melhorias nas condições de vida ou redução da exploração.

Uma mesma linha desta consideração pode ser pensada com base em outras formulações, como, por exemplo, o das estatísticas.

Neste campo, o crescimento da produção industrial no Oeste do Paraná também pode ser constatado: segundo o IPARDES, entre 1990 e 2000, ocorreu um incremento de 62,34% no número de empresas no setor industrial, totalizando 2.282 estabelecimentos.

O mesmo se verificou no número de empregos, com crescimento de 68,66%, que totalizavam 32.447 empregos naquele setor.

Em termos estaduais, os termos se reforçam: no que se refere aos empregos na indústria, no período citado, constata-se ainda um aumento na participação da região no Estado do Paraná, atingindo um percentual de crescimento de 29,32% na participação dos empregos naquele setor, ao contrário do que ocorreu na região Metropolitana de Curitiba, na qual verificou-se um decréscimo de 16%.

Com relação à rentabilidade, porém e sempre com base na pesquisa do IPARDES, a conta é outra: a participação da região Metropolitana de Curitiba, entre 1990 e 2000, teve um crescimento de 7,51% nos valores estaduais, passando de 60% para 64,5%, enquanto a região Oeste viu sua participação reduzida em 36%, ou seja, de 5,08% para 3,24% nos valores totais auferidos. Isto, ao que parece, decorre do setor produtivo que se instalou na região: a agroindústria, caracterizada pela intensa exploração de mão-de-obra, numerica e salarialmente falando.

Diversamente, na região Metropolitana de Curitiba, o setor instalado refere-se à chamada “tecnologia de ponta” e à indústria automobilística, cuja “inversão de capital” é “mais eficiente” que a verificada na agroindústria, bem como no emprego da mão-de-obra, que alia restrição numérica com alta especialização e, por isso, na “lógica do mercado” repetida pelo editorial citado, melhor remunerada.

Para além da consideração tecida antes sobre a não relação entre geração de empregos e condições de vida e de trabalho, com base nestes dados, seria possível acrescentar nesta equação pelo menos mais um elemento: o da qualificação profissional.

Por certo, a qualificação profissional não é um algo desvalorizado pelos trabalhadores. Sem querer nos

estendermos muito na história e ficarmos numa exemplificação mais recente, décadas de industrialização, no Brasil, fundamentaram diversas formas de experiências para os trabalhadores em relação ao “saber fazer” como um poder em relação ao qual não só foram subjugados, como também se utilizaram dele para pautar conquistas e diferenças no interior da própria classe.

Um exemplo recorrente é o de determinados “ofícios”, como o dos ferramenteiros no setor metalúrgico, que dada a especificidade da suas atividades e do papel que tinham no conjunto da produção chegaram a determinar e centralizar algumas formas de lutas e mobilizações no interior das fábricas, ao menos até a década de 1970.

Da mesma forma, a implantação de determinados processos de automação que tornaram obsoletos os procedimentos centrados naquela especialidade, mudaram as estratégias ou até mesmo esvaziaram algumas das lutas e pautas daquele setor produtivo.

Evidentemente, a tecnologia que retira do trabalhador a sua especialização está presente em outros setores, mesmo naqueles identificados, “de fora”, como rudimentares, como por exemplo o da construção civil, como se pode depreender do depoimento a seguir:

“Rapaz, o serviço de carpintaria é o serviço que tem que ser valorizado porque se você faz alguma coisa errada, um pilar mal aprumado, mal amarrado, forma mal pregada, mal travada, escoramento de pilar sem as sapatinhas, você bota tudo a perder, quando tirar as formas e que tudo tiver concretado aí é que você vê o tanto de barriga que aparece e si apareceu barriga você pode olhar bem que tá tudo desaprumado, tudo torto, aí o chefe chega e fala contigo, muitas das vezes te manda embora, porque fez serviço errado. Eeeh! Meu amigo, você tá rodado. Você não consegue trabalho em lugar nenhum, porque aqui em Caldas Novas, você tem que tomar cuidado porque se precisar de algum ex-patrão seu te indicar ou dar referência sua e se você não foi um cara bom, você pode ir embora da cidade porque serviço você não arruma, não.”<sup>3</sup>

Para além do “cartão de apresentação”, a defesa construída em torno da importância do profissional coloca-se numa situação de disputa estabelecida, notadamente, na última década, com a intensificação do uso do concreto armado, que vem reduzindo expressivamente o emprego destes trabalhadores. Mais uma vez e na dinâmica ditada pelo capital, tecnologia para os trabalhadores é sinônimo de desemprego. Nesta mesma lógica, as especialidades são ocupações de poucos.

Num outro espectro, o das atividades que necessitam de um contingente expressivo de trabalhadores, como as linhas de produção da indústria alimentícia, estas não necessitam de qualificação. O aprendizado, nestes casos, é obtido em algumas horas, na maior parte das vezes no próprio ambiente de produção. Assim, a experiência do trabalhador é a sua qualificação, acrescida ou implementada da sua condição física. A narrativa de dona Luci Cerri, catadora de papel, é elucidativa neste sentido:

“Eu saio de manhã. Ai, eu volto, assim, pelas dez e meia, onze hora, quando é quase horário de fazer almoço, daí venho pra casa, faço almoço. Daí eu almoço e já saio. Daí eu volto lá pela uma, uma e meia, às vezes, fica duas. Daí, faz a reciclagem de novo [separação do material]. Daí pega e toma umas cuia de chimarrão e daí vamos de novo pro centro recolher. Três e meia, por aí, já subo de novo e... recolho até umas cinco, cinco e meia, às vezes, seis... Daí a gente vem pra casa e faz a reciclagem, descarrega tudo de novo. Assim, é todo dia a mesma lida. Pra arrumar, passar roupa, essas coisas é só de noite. E lavar, eu lavo é só no Domingo.”<sup>4</sup>

A rotina e o ritmo de trabalho descrito por dona Luci relativiza a caracterização da sua ocupação como informal. A descrição de sua jornada de trabalho caberia em diversas atividades desempenhadas no interior de uma linha de produção, com um detalhe que acentua o seu aprendizado: a ausência de um superior imediato no papel de fiscal do seu desempenho.

Após a exposição deste conjunto de elementos que percebo no que se refere às relações constituídas entre qualificação e emprego, busco objetivar meu diálogo com o texto de Marcelo Carvalho, encaminhando-o para algumas questões.

Como destaca Marcelo Carvalho no início do seu texto, o PLANFOR foi criado em 1995, e instituído em 1996, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego do governo Fernando Henrique Cardoso. Articulado às reformulações das instituições e políticas federais, o PLANFOR era incluído por aquele governo nas iniciativas “voltadas ao social”, sendo propagandeado como uma política de emprego e renda.

Assim, como afirma Marcelo Carvalho, num quadro de crise generalizada de redução e precarização do emprego, o PLANFOR objetivava qualificar a mão-de-obra para proporcionar-lhe condições de pleitear as vagas existentes no mercado de trabalho. Ou, o PLANFOR se apresentava como um desdobramento da análise atribuída ao então ministro do trabalho Amadeu, que pautava que no país não ocorria uma falta de empregos, mas um “problema de empregabilidade”, um fenômeno caracterizado pela inabilitação dos trabalhadores às ofertas de emprego. Como diria o colunista José Simão, o ministro, com sua análise, “tucanou” o desemprego. Mas, de novo nisso, só o termo “tucanar”, já que “empurrar a conta para os trabalhadores”, no caso culpabilizando-os pelo desemprego, não é uma perspectiva/defesa inovadora por parte das elites.

Da mesma forma, a associação público-privado visando a qualificação aos trabalhadores também não é uma invenção da década de 1990. O chamado sistema “S”, que reunia SESC, SENAC, SENAI, SESI e SENAR. A diferença está no parceiro: os anos 90 trouxeram à cena os sindicatos, naquele lugar, antes, exclusivamente ocupado pelo empresariado.

No que se refere à “empregabilidade” do dr. Amadeu, este novo parceiro, ao que parece não representou vantagem para os desempregados. No sistema “S”, notadamente, no SENAI, um grande número dos estudantes já era funcionários da empresa. Como apontou Carvalho, nas atividades implementadas pelas centrais sindicais, apenas 12% dos “qualificados” obtiveram uma colocação, em 2000, a despeito dos R\$ 36 milhões consumidos só pela Força Sindical em seu programa naquele mesmo ano<sup>5</sup>.

Assim, para concluir e correndo o risco do simplismo, se os empregos gerados em número expressivo dispensam um complexo sistema de qualificação profissional e se, por outro lado, mas que é da mesma moeda, a qualificação identificada com a incorporação de “tecnologias de ponta” ou “novas tecnologias”, por vezes, representa a dispensa dos antigos trabalhadores, me parece uma inversão da pauta que constituiu e fundamentou a formação da CUT, na década de 1980, que tinha no sindicalismo, não de resultados (hoje, ao que parece, alguns empregos), mas de lutas seu parâmetro, o qual não se envergonhava – e que, portanto, não o havia apagado - de ter como prisma a construção de uma sociedade socialista.

## Notas

<sup>1</sup> Professor do Programa de Mestrado em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: angri@certto.com.br

<sup>2</sup> Reproduzindo a fala de um empresário local, em palestra numa faculdade da região, a matéria desta fez firmava-se na idéia de que “a falta de gente para trabalhar nas indústrias é a única barreira que temos para crescer”. E assim, propunha: “Deixemos de nos preocupar com a geração de empregos, mas em construir infra-estrutura para o crescimento das cidades que vem por aí, casas, asfalto, escolas, etc... não é fantasia, é real.”

<sup>3</sup> Adegilson Alcenio de Siqueira, 42 anos, carpinteiro. Depoimento produzido por Valdivino Pires dos Santos. In SANTOS, V. P. **Trabalho e cidade: trajetórias e experiências de trabalhadores na construção civil em Caldas Novas – GO, 1980-2002**. Uberlândia: UFU, 2005. Dissertação de Mestrado.

<sup>4</sup> Depoimento de Luci Cerri, dado ao autor, em 21/3/2004.

<sup>5</sup> A título de comparação o orçamento da UNIOESTE naquele ano foi de R\$ 29 milhões.